

# ESTADO PREPARA FARSA EM GRANDE ESTILO

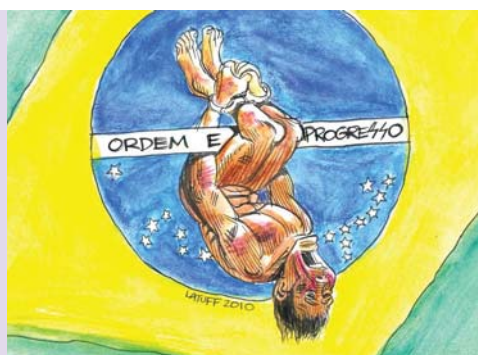
Por Bruno Laforé  
e Laysa Elias

*Projeto possui muitas lacunas que protegem militares e torturadores que agiram nos anos de chumbo*

Há um vácuo na história do Brasil, mas não na memória dos brasileiros. O período entre 1964 e 1985, marcado pela Ditadura Militar ainda esconde muitos segredos. A Lei da Anistia, promulgada em 1979, inocentou cidadãos que haviam sido culpados pelos ditos crimes políticos da época, mas também tirou a culpa dos militares de todas as ações cometidas. Até hoje, não se sabe ao certo o que aconteceu nos bastidores do regime ditatorial brasileiro, apesar de existirem inúmeros relatos de tortura e cerca de 140 casos de “desaparecimento” político. Em nosso país, ainda há criminosos protegidos por lei e provas arquivadas.

O projeto da Comissão Nacional da Verdade, entregue ao Presidente da Câmara dos Deputados pela Ministra da Secretaria dos Direitos Humanos, Maria do Rosário (PT-RS), foi votado por lá no dia 21/09 e, em seguida, seguiu para o Senado, onde foi aprovado no dia 26/10 e, agora, aguarda uma posição da presidenta Dilma Rousseff, que deve sancioná-lo, conforme acredita a jornalista e membro do Comitê da Verdade e Justiça, Lúcia Rodrigues, que conversava com a equipe do **Contraponto** enquanto acompanhava as votações do Projeto na Comissão de Constituição e Justiça do Senado pela televisão.

Se aprovado, os brasileiros poderão conhecer mais sobre as violações dos direitos humanos



**Ordem e progresso apenas para militares e torturadores**

Reprodução

“**ELA (COMISSÃO DA VERDADE) É EXTREMAMENTE ESSENCIAL E NECESSÁRIA, SÓ QUE PRECISA IR ALÉM, PRECISA RESPONSABILIZAR OS TORTURADORES E A DITADURA MILITAR**”  
(LÚCIA RODRIGUES)

ocorridas no período entre 1946 e 1988. Os fatos serão apurados pela Comissão composta por sete membros “designados pelo Presidente da República, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos”, de acordo com o escrito no Projeto.

É inegável que essa lei represente um avanço político esperado pela população desde o final dos anos de chumbo, porém há muitos problemas ligados à construção do que será a Comissão da Verdade quando entrar em vigor no país. O período proposto para investigação é visivelmente dilatado, camuflando a época em que os prin-

cipais crimes de violação dos direitos humanos de fato aconteceram: os anos entre 1964 e 1985. Outra falha de caráter cronológico é o tempo instituído para a duração dos trabalhos de apuração realizados pelos sete membros da Comissão, dois anos não seria tempo suficiente para checar todas as violações. “Então, ocorreu uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos convocada pelo senador Paulo Caim (PT-RS), quando foram angariadas as sugestões dos familiares dos desaparecidos e dos ex-presos políticos. Nela, foi proposto que a comissão vigore pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período”, explica Lúcia Rodrigues.

“Todas as alterações que estão sendo propostas (pela audiência pública) têm a finalidade de conseguir responsabilizar os torturadores e assassinos da ditadura militar”, continua a jornalista. Conforme o escrito no Projeto de Lei, a Comissão não vai investigar nem punir os torturadores, os membros que vão ser indicados pela presidenta Dilma para fazerem parte dela terão os resultados das investigações, mas terão de manter sigilo sobre eles. Para que a punição fosse efetivada, o resultado dessas investigações teria que ser repassado ao Ministério Público, que abriria uma ficha crime e o caso seria julgado por juízes de direito. A proposta do governo é que os resultados das apurações sejam repassados para o Arquivo Nacional, mas este não tem pessoal suficiente para fazer a triagem do material e não tem verba para colocar mais funcionários lá, podendo assim, dar acesso, de forma eficiente, às pessoas que querem eventualmente investigar tais violações, um jornalista ou parentes de mortos e desaparecidos políticos. “Por essas e outras que os ativistas dos direitos humanos chamam de punição pra inglês ver, porque é uma comissão que não vai investigar nada”, afirma Lúcia.

A militante e jornalista conclui: “Ninguém é contra a Comissão da Verdade, a não ser o Bolsonaro e a extrema direita; a direita, os torturadores, os militares que participaram da ditadura. Caso contrário, todo mundo apoia a comissão, ela é extremamente essencial e necessária, só que precisa ir além, precisa responsabilizar os torturadores e a ditadura militar.”

## A arte de ser ouvido

A classe dos artistas e intelectuais brasileiros sofreu nos anos de chumbo. Muitos foram censurados e, até, exilados do país. A produção artística brasileira da época era considerada subversiva pelos detentores do poder, aqueles que mantinham o regime. De fato, a maioria dos artistas do país era contrária às condições políticas impostas pelos militares e fazia de sua arte um caminho para ser ouvida, mesmo sob os olhos e ouvidos atentos dos censores.

Atualmente, com maior liberdade e ainda com visibilidade na mídia, alguns artistas, juntamente a intelectuais brasileiros, se mobilizaram para escrever um manifesto a favor da aprovação do Projeto que institui a Comissão Nacional da Verdade. O texto foi publicado na forma de uma carta aberta alguns dias antes da votação do projeto. A intenção era certamente usar da influência adquirida por essas personalidades durante suas carreiras para sensibilizar o Congresso e atrair a atenção do público à lei em votação.

O conteúdo da carta dizia:

*“As oportunidades da vida nos levaram ao caminho da arte, da música e do espetáculo e, ao seguirmos esses passos, nos transformamos não apenas em artistas e intelectuais, mas em militantes da liberdade, já que temos a possibilidade de expressar nossas ideias e nossos sonhos na linguagem da arte e do conhecimento.*

*A democracia não nos foi dada, ela foi conquistada por uma geração que não se calou diante da opressão. A experiência vivenciada naquele período de repressão marcou vidas e foi capaz de mudar a história, mas ainda não podemos celebrar a democracia se não tivermos pleno conhecimento das violações cometidas nesse passado tão recente.*

*O que nos move nesse momento é a esperança de que os parlamentares possibilitem a atual e as futuras gerações o conhecimento desses fatos, para sabermos a verdadeira verdade. Como defensores da livre expressão do pensamento e da democracia, manifestamos ao Congresso Nacional nosso desejo de aprovação do Projeto de Lei 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade para que essas violações sejam lembradas e conhecidas pelo povo brasileiro, pois essa é a única forma de garantirmos que isso nunca mais aconteça.*

*Chegou a hora da verdade que o Brasil tanto espera.”*

O manifesto, encabeçado por Leonardo Boff (teólogo e escritor), Emir Sader (sociólogo e cientista político), Marilena Chauí (filósofa) e Fernando Morais (jornalista e escritor), conta com a assinatura de grandes nomes da arte brasileira, como Caetano Veloso, Chico Buarque, Edu Lobo, Alceu Valença, Alcione, Beth Carvalho, Leticia Sabatela, Hugo Carvana, Eric Nepomuceno, entre outros.



**Os que foram censurados e até exilados do país querem usar a comissão como instrumento de punição àqueles que por anos lhes tiraram a liberdade**

Reprodução